

BOLSAS	BOVESPA	A-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na terça (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na segunda	terça-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$) na segunda	Na BM&F o grama (em R\$)	Prelado, 30 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
+1,60 São Paulo	+0,20 Nova York	US\$ 1,0585 (▼ 0,24%)	2,180 (▼ 0,73%)	2,667 (Estável)	R\$ 35,500 (▼ 1,53%)	17,93	Junho/2005 -0,02 Julho/2005 0,25 Agosto/2005 0,17 Setembro/2005 0,35 Outubro/2005 0,75

CONJUNTURA

Colocado contra a parede dentro do próprio governo federal, presidente do Banco Central aumenta o tom da defesa dos juros altos. No Palácio do Planalto, o presidente Lula espera ajustes na economia

Isolados na trincheira

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O que era para ser um encontro técnico, transformou-se em uma tribuna de defesa do Banco Central. Ao abrir ontem o seminário Riscos e Estabilidade Financeira, na sede da instituição, o presidente do BC, Henrique Meirelles, usou os quase 30 minutos a que teve direito para rebater o tiroteio que fragiliza a instituição e põe em xeque a política econômica. A veemência do discurso deixou claro o quanto ele e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estão isolados dentro do governo — sobretudo depois da divulgação da queda de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre.

Cercados por críticas, ontem tiveram mais um sinal de enfraquecimento. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu a entender que deverá promover ajustes na política econômica. Após participar da cerimônia de entrega do prêmio Finep de inovação tecnológica, ele foi questionado por um jornalista se promoveria ajustes na economia. "Vai, vai", foi a resposta.

Questionado novamente, respondeu: "Vai, vai. Tudo vai acontecer". Mais tarde, a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto tentou esclarecer a declaração. O presidente quis dizer que a economia vai se ajustar e crescer no quarto trimestre. Mas, outro importante assessor palaciano afirmou que "não será surpresa se, até a virada do ano, o comando da equipe econômica cair". Lula pretende convocar Antonio Palocci e Henrique Meirelles para discutir a possibilidade de realizar ajustes na economia.

Críticas

O desconforto de Meirelles contra os críticos dos juros altos, aos quais são atribuídos a retração da economia, atingiu o ápice diante das declarações do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. O executivo queixou-se do fato de o BC, ao definir os rumos da política monetária, focar-se exclusivamente no sistema de metas de inflação. Para Gabrielli, o BC deveria seguir o exemplo de outros bancos centrais, como o Federal Reserve, dos Estados Unidos, que consideram outras importantes variáveis para fixar a taxa básica de juros. Depois de muito pressionado pela equipe econômica, o presidente da Petrobras deu um pequeno recuo ontem. "Eu não reclamei do Banco Central. Eu comentei sobre as dificuldades do planejamento empresarial. Só que mencionei que as decisões empresariais, no âmbito produtivo, não podem ficar exclusivamente focadas em analisar a estabilidade dos preços", disse.

Esse movimento, no entanto, não diminuiu a inquietude que tomou conta do BC. O que mais incomoda os diretores do BC é a certeza de que o bombardeio contra a instituição (leia quadro) só cresce porque Palocci está fraco — devido, principalmente, às denúncias de corrupção no período em que ele foi prefeito de Ribeirão Preto — e porque as críticas têm o aval de Lula.

No discurso, Meirelles reconheceu que o combate à inflação, por meio de um forte aumento das taxas de juros, acabou exigindo sacrifícios maiores do que se previa. "Mas isso, por si só, não



FOGO AMIGO

As críticas recentes à política econômica

● Numa entrevista ao jornal *Estado de S. Paulo*, publicada no dia 9 de novembro, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, desferiu o mais forte ataque à política econômica, qualificando o plano de ajustes fiscal de longo prazo de "rudimentar" e chamando o debate em torno da questão de "absolutamente desqualificado". "Para a dívida pública não crescer, é preciso ter uma política de juros consistente, porque senão você enxuga gelo", afirmou. Palocci reagiu. "Nós não estamos enxugando gelo, como alguns acreditam. Nós estamos

trabalhando com afinco em cada um dos pontos que são fundamentais para esses resultados. Disse a Dilma que ela estava errada nessa questão", respondeu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no dia 16 quando defendeu sua política econômica e o ajuste fiscal na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

● No dia 25 de novembro, ao participar de um debate no Senado, o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, também vice-presidente do PT, disse que "é

preciso terminar com essa balela de cortes nos gastos correntes". A restrição nos gastos é medida defendida pela equipe econômica.

● No mesmo dia, o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, qualificou a política econômica de "irresponsável" durante discurso em seminário promovido pelo PSB. "Os juros são estratosféricos, desproporcionais, 10 vezes maior que no resto do mundo. Nosso discurso de campanha não assumiu o poder", reclamou.

● No último domingo, o ataque veio do BNDES. "O BC errou na mão. A política monetária excessivamente severa ou restritiva foi a principal responsável por essa desnecessária desaceleração", disse o presidente do BNDES, Guido Mantega, culpando os juros altos pela queda de 1,2% no PIB no terceiro trimestre, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*. Desta vez, o ataque teve resposta imediata. "O Banco Central lamenta que integrantes do governo utilizem a imprensa para criticar políticas do próprio governo", respondeu o BC em

nota oficial divulgada no domingo mesmo, defendendo as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom).

● Anteontem, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, se sentiu à vontade para criticar a atuação do BC, focada no sistema de metas de inflação. "Essa não é a única variável econômica relevante. O Brasil está focado só na meta inflacionária", disse. Segundo ele, o BC também deveria levar em conta o crescimento econômico, a geração de emprego e a distribuição de renda.

quer dizer de forma alguma que o combate à inflação devesse ter sido relaxado. O que, por sua vez, não quer dizer que a política monetária implementada pelo Banco Central seja insensível ao que acontece com o nível de atividade (econômica)", afirmou. Ele ressaltou que, para não impactar ainda mais o consumo e a produção, o BC ampliou de um para dois anos o período de convergência da inflação para as metas. Ou seja, se mantivesse a disposição de derrubar os preços mais rapidamente, a retração da economia seria ainda maior.

Por diversas vezes, Meirelles, que submeteu previamente seu discurso a Palocci, fez questão de destacar que os ataques à política econômica poderiam minar a credibilidade da instituição. Se isso vier a acontecer, certamente os custos de retomá-la serão mais elevados.

O presidente do BC foi além: "No Brasil, a despeito de estarmos encerrando o terceiro ano consecutivo com a inflação em

queda e de estarmos cumprindo o segundo ano consecutivo as metas determinadas pelo governo, a credibilidade da política monetária continua sendo alvo de ataques em duas frentes".

A primeira, segundo Meirelles, é a eterna especulação sobre a real convicção do governo em apoiar os esforços do BC. A segunda, a noção de que a política monetária é ineficaz, sendo somente um instrumento nocivo manipulado com teimosia e fervor, capaz apenas de causar prejuízos ao crescimento econômico e de aumentar a dívida pública.

Para o presidente do BC, se o Brasil ceder às tentações de afrouxar a política de juros de forma casuística, o país pagará um preço muito elevado. "A sociedade não aceitará abrir mão dos ganhos

obtidos até agora", afirmou Meirelles ao *Correio*.

"Não há mágicas. Os custos sempre aparecem. O que se evita de custos associados ao controle da inflação num dia, acaba-se pagando em dobro no futuro", assinalou, lembrando que houve sugestões (dentro do governo) para que a meta de inflação a ser

perseguida pelo BC para este ano fosse superior a 5,1%. Se isso tivesse acontecido, disse o presidente do BC, certamente o controle da inflação teria ficado mais difícil.

"É pena que tantos, em vez de celebrar o que constitui uma conquista para o país, continuem a usar os argumentos do passado para minar a credibilidade da política monetária", afirmou Meirelles. Para ele, boa parte dos custos da desinflação já foram absorvidos. Portanto, não há espaço para campanhas

REDUÇÃO

1,2%

foi a queda do PIB no terceiro trimestre deste ano em relação ao período imediatamente anterior

sistemáticas a favor do retrocesso. "Não faz sentido jogar fora todo o esforço já implementado exatamente no momento em que o controle da inflação apresenta bons resultados", concluiu.

O discurso de Meirelles provocou aumento imediato das taxas de juros nos contratos negociados nos mercados futuros. Na opinião do economista-chefe da Corretora Liquidez, Marcelo Voss, o presidente do BC foi exagerado, reflexo "da fogueira de vaidades" que tomou conta do governo. "O BC precisa entender que ninguém quer mudar a política econômica, mas somente corrigir o exagero das taxas de juros", afirmou. Para o economista-chefe do Banco Schahin, Sílvia Campos Neto, as declarações de Meirelles refletiram toda a fragilidade da equipe econômica, quase sem espaço dentro do governo para manter os rumos seguidos desde a posse de Lula em 2003.

COLABOROU SANDRO LIMA

O MERCADO DÁ DE OMBROS

O mercado financeiro e os investidores não estão muito preocupados com a situação do ministro Antonio Palocci (Fazenda) e do presidente do BC, Henrique Meirelles. Ontem, a Bovespa subiu 1,6% e fechou aos 33.223 pontos, um novo recorde histórico. O otimismo global e a entrada de investidores estrangeiros no mercado paulista impulsionaram os negócios. O ingresso de recursos também voltou a derrubar a cotação do dólar, que recuou 0,86% e fechou o dia valendo R\$ 2,177. O risco-país, principal indicador da confiança dos investidores estrangeiros na economia do país, caiu 1,55% e atingiu 318 pontos, o menor patamar da história.